PUBLICIDADE

Decisão do STF que flexibiliza Lei das Estatais é retrocesso e tira credibilidade do Brasil, diz Amec

Sancionada por Michel Temer (MDB), em 2016, lei estabeleceu critérios mais técnicos na indicação de diretorias e conselhos de administração de companhias públicas sob controle da União, Estados e municípios

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

17/03/2023 13h20 · Atualizado há uma hora

Fabio Coelho, presidente da Amee - Foto: Leo Pinheiro/Valor

A decisão liminar do **Supremo Tribunal Federal (STF)** que derruba a **quarentena na Lei das Estatais** e abre caminho para indicação de políticos a cargos nessas companhias é um grande retrocesso e desestabiliza a credibilidade dos avanços institucionais recentes no Brasil, diz a **Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec).**

"Nós temos que lembrar que a Lei das Estatais foi criada em um contexto muito específico, ligado aos inúmeros casos de **corrupção** da última década, com a demanda da sociedade de valorização de uma gestão profissional e livre de interferências políticas nas estatais", afirma Fábio Coelho, presidente da Amec, ao **Valor**.

A Lei das Estatais, sancionada pelo então presidente **Michel Temer (MDB),** em 2016, criou mecanismos e estabeleceu critérios mais técnicos na indicação de diretorias e conselhos de administração de companhias públicas sob controle da **União, Estados e municípios.**

Na visão de Coelho, o cenário de deterioração das estatais trouxe a necessidade do regulamento, assim como acontece em outras agências e órgãos de controle do próprio Estado. "Não se tratava de preconceito contra a classe política ou cerceamento dos seus direitos, mas mera modulação a partir dos graves erros do passado."

O presidente da Amec acredita que a decisão, ainda liminar, proferida pelo **ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF),** após pedido do **PCdoB**, traz insegurança jurídica e enfraquece as decisões das companhias estatais. Abril é conhecido mês de realização de assembleias para renovação de conselhos e diretorias.

"É legítimo o governo buscar um direcionamento das suas políticas na condução do País, mas ele teria plenas condições de realizar isso respeitando a importância da Lei das Estatais, se utilizando dos seus avanços, sem ter que recorrer à esfera judicial para revertê-la", lamenta.

Outro ponto que preocupa Coelho é o efeito que as mudanças podem ter em estatais estaduais e municipais. "São empresas fora dos holofotes, com escrutínio bem menor do que as federais, e é aí onde esses retrocessos da Lei das Estatais serão severamente sentidos."

A ação chegou a ser levada para análise no plenário do STF, mas um pedido de vista do **ministro André Mendonça** suspendeu o julgamento. A retomada do processo ainda não tem data para ser retomada e pode ocorrer depois do período de assembleias das estatais, aumentando as incertezas sobre as nomeações.